



## CONFLITOS TERRITORIAIS EM ÁREAS OCUPADAS TRADICIONALMENTE POR COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Diana Matos da Silva Dias, Universidade Federal da Bahia, mattos.diana@gmail.com

### Resumo

Este artigo apresenta a proposta de pesquisa que tem como objetivo analisar socioespacialmente os conflitos de terra nos territórios de comunidades tradicionais quilombolas no perímetro urbano, em especial no Quilombo Rio dos Macacos, Simões Filho e no Quilombo Dom João, São Francisco Do Conde-Ba, ambos situados na , Região Metropolitana de Salvador. Serão estudados os aspectos sociais e ambientais das comunidades, será-serão proposta algumas ferramentas, como por exemplo, a elaboração da cartografia social das comunidades - visto que algumas já se encontram em andamento; serão apontadas algumas possibilidades, tais quais, devem viabilizar a permanência e sobrevivência destas comunidades no território que habitam subsidiado pelo planejamento urbano. Para que se alcance os objetivos almejados, a pergunta de pesquisa apresentada neste projeto é: diante do processo de expansão do tecido urbano, como garantir a permanência de territórios como os quilombos Rio dos Macacos e Dom João, numa perspectiva de implantar uma melhor infraestrutura tendo como objetivo a qualidade de vida das pessoas que lá habitam, sem romper ou renegar as características e o modo de vida que estes lugares possuem? Para isso, na pesquisa será feita um breve levantamento das informações de campo, a fim de adquirir características socioespaciais dos territórios e uma revisão bibliográfica e consultado marcos legais.

**Palavras-chave:** território; quilombos; planejamento; comunidades tradicionais

### 1. Introdução

A introdução deve conter: contextualização do problema de pesquisa, questão de pesquisa, objetivos e justificativa.

Os conflitos por terras no Brasil acontecem desde a conformação do território brasileiro, sendo as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, de pesca, de fundo de pasto e etc.) as menos favorecidas nesses processos históricos de conflitos territoriais, que tendem a afastá-los do campo e excluí-los do acesso à terra urbanizada ou a moradias formais.

Salienta-se que existiram processos que buscaram afastar as comunidades tradicionais do campo, outros que buscavam a manutenção da mão de obra no campo – falo aqui da transição do sistema escravocrata-patriarcal para o capitalista – a lei de terras, 1850, junto com a proibição do tráfico negreiro, serviu exatamente para excluir populações e comunidades tradicionais



do acesso à terra e criar, seja no campo ou na cidade, uma mão-de-obra livre que serviria às roças ou indústrias.

Segundo Maricato (2001) não é por falta de planos e nem de leis que se criou essa (uma) verdadeira “terra de ninguém”, pois as próprias leis favorecem a apropriação da terra por determinada classe em razão-detrimento das comunidades tradicionais. Pode-se verificar que no Estatuto da Terra de 1964, a primeira lei que institucionaliza a propriedade da terra no Brasil, que foi posterior à lei de terras de 1850, relaciona a reforma agrária à "melhor distribuição de terra" e à "justiça social”.

Neste sentido, ressalta-se que durante décadas algumas áreas ocupadas tradicionalmente por comunidades quilombolas permaneceram sem nenhum tipo de assistência política governamental, gestão e planejamento, sendo estas isoladas dos serviços básicos como saúde, educação, moradia, transporte, lazer e infraestrutura adequada para sua existência e sustentabilidade.

Porém, em detrimento-prol da expansão da malha urbana e do aumento da especulação por terras em diversos setores, dentre eles, o industrial e o capital imobiliário, que-há tendência de buscar novas áreas dentro e fora-à margem das grandes cidades, muitas vezes ocupadas por comunidades tradicionais, o que gera inúmeros conflitos territoriais, entre especuladores e as pessoas que habitam esses territórios.

Esse fenômeno, que pode ser explicado pelo crescimento das cidades a partir dos séculos XIX e XX, teve como consequência o envolvimento de algumas áreas, como territórios ocupados tradicionalmente por quilombolas, agregados à malha urbana no processo de expansão do tecido urbano. Entretanto, as dinâmicas que orientam as comunidades tradicionais quilombolas e as cidades, são distintas.

Neste sentido, podemos citar o conceito de marginalização espacial, pois o valor atribuído a determinado lugar, neste caso os quilombos, sofre variações ao longo do tempo, decorrentes de questões de ordem econômica, política, cultural, entre outras práticas espaciais.

Assim sendo, é indispensável pensar de quais formas pode-se garantir a sobrevivência desses territórios e das pessoas que neles vivem. Torna-se necessário elucidar alguns conceitos, como o de território e espaço, a fim de proporcionar um melhor entendimento acerca dos conflitos que-nos quais estas comunidades estão inseridas envolvidas.

## 2. Fundamentação teórica

Dentro dos territórios tratados neste trabalho, cabe abordar que para os moradores destes quilombos, há uma relação com o lugar que eles habitam, para além da relação com a terra.

Assim sendo, cabe refletir, que para além da imagem física que criamos ao pensar nestes espaços, devemos estar abertos às percepções das pessoas que vivem neles, obviamente, não conseguiremos alcançar este sentimento, mas podemos criar uma concepção mais abrangente além das conceituações teóricas.

Conforme Correia (2013, p.18), Ratzel define o espaço como base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, quer aquelas socialmente produzidas. Assim, é crucial o domínio do espaço na história do homem, vinculando-se então

ao conceito de Espaço Vital, para o desenvolvimento tecnológico, do total da população e dos recursos naturais.

Em contraponto, e ao mesmo tempo completando este entendimento, Correia (2013, p.18) explica que Hartshorne conceitua que o espaço para homem é o espaço absoluto, sendo algo que independe das ações humanas, existe e sempre existirá.

Correia (2013, p.28) desprende que a natureza e o espaço são entendidos como fatores sociais e não apenas como reflexão dele, pensamento este que está subsidiado pelas categorias de análise do espaço elaborada por Milton Santos (1985): forma /função/estrutura/processo. Essas categorias, por sua vez, são termos distintos e associados; devem ser consideradas em suas relações dialéticas, que configuram o modo de como os indivíduos ou a sociedade percebem o seu espaço.

Pode-se desprender que o espaço é produzido cotidianamente, desde a sua conformação até os dias atuais. Cabe pontuar que conforme Correia (2003, p.30), segundo TUAN (1979) no estudo do espaço no âmbito da geografia humanista consideram-se os sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência vivida, tanto individualmente quanto coletivamente.

Deste modo, acerca das concepções sobre o espaço, o mesmo pode se apresentar de distintos modos, seja a partir da experiência individual ou coletiva, conforme explica Correia (2013, p.32), pois o espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrica e social, um espaço de movimento em um espaço-tempo vivido se refere ao efetivo, ao mágico, ao imaginário.

Este espaço, então, é produzido não só da relação dos indivíduos com o lugar, mas das interações com o ambiente, a natureza e com os atores que nele vivem. Cabe elucidar que conforme Haesbaert e Limonad (2007, p.44), o resultado de todas as práticas sociais, bem como os meios utilizados por distintos grupos sociais para se apropriar ou manter certo domínio sobre/atraves de uma determinada parcela do espaço geográfico, pode acontecer de diversas formas.

Podemos refletir, conforme explica Santos (2006, p.41), que do meio técnico ao meio técnico-científico e informacional, a configuração geográfica evolui do espaço singular ao espaço recortado na fragmentação da horizontalidade e verticalidade do mundo global de hoje.

Neste sentido, de acordo com Santos (2006, p. 227), nota-se que a teoria do espaço se afirma então como uma teoria do lugar. Santos (2006, p. 227) explica que o lugar é, assim, o ponto do recorte territorial por cujo intermédio a pluralidade total dos elementos encontra sua síntese. E sobre cujo suporte a técnica determina se como território e o território determina-se como técnica, território e técnica integralizando-se num meio técnico - expressão que sugere um feliz resgate do gênero de vida de La Blache, numa ótica ao mesmo tempo clássica e nova da relação homem-meio.

Nota-se então a partir destas conceituações a relação espaço e poder, conforme Santos (2006, p. 69), podendo o espaço ser assim concebido enquanto produto de um processo intermitente de interação social com o meio físico, o espaço geográfico, constituindo assim o espaço

humano. Para Haesbaert e Limonad (2001, p. 42), esse espaço é tornado território pela apropriação e dominação social, sendo o mesmo constituído ao mesmo tempo por pontos e linhas redes e superfícies ou áreas zonas.

Os territórios abordados possuem uma peculiaridade, eles não se identificam como urbanos, porém, dentro do zoneamento e planos municipais estão em perímetro urbano. Percebe-se que há então a tentativa de homogeneização destes territórios, uma tentativa de fragmentá-los e de afastá-los da sua identidade.

De acordo com Carlos (2007, p.17), pensando no contexto da sociedade atual, a produção do espaço pode ser avaliada sob duas perspectivas. Ao mesmo tempo que se processa um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade urbana, sendo construído neste processo de homogeneização do espaço, há a acentuação do processo de fragmentação tanto do espaço quanto do indivíduo.

Cabe salientar que este processo se manifesta no plano do vivido, no lugar onde se desenrola a vida humana.

Então, esta cidade produzida (numa perspectiva de apenas de eleger o urbano como a mais perfeita ordem de constituição do espaço), liga-se à forma de propriedade que reproduz a hierarquia espacial enquanto consequência da hierarquia social, explica Carlos (2007, p.37). Esta ordem pode ser percebida explicitamente na paisagem urbana através da segregação espacial, a qual fica evidenciado dois lados: um com a redistribuição do uso das áreas já ocupadas levando a um deslocamento de atividades e dos habitantes; e a incorporação de novas áreas que criam novas formas de valorização do espaço urbano.

Em Henri Lefebvre, o conceito de urbano hoje, permite pensar a ideia do processo de implosão explosão da cidade, pois de um lado a centralidade se acentua, isto é, o centro ainda representa o lócus da administração, da decisão, da organização política da informação, etc. Mas de outro lado assiste-se à constituição de uma pluralidade de centros (culturais, religiosos, simbólicos do mercado, etc.). Ao mesmo tempo se dispõem em torno da metrópole aglomerações secundárias, cidades satélites. As periferias se estendem a perder de vista. A metrópole hoje apresenta-se polinucleada englobando sempre novas áreas e extensões fragmentadas. CARLOS (2000, p.37)

Cabe salientar que existem outras argumentações não aqui apresentadas, mas que devem ter melhores aprofundamentos, como por exemplo, a articulação do conceito de região, e como ele infere nas concepções supracitadas.

Correia (2013, p.30) explica que o conceito de região é um conceito que funde uma reflexão política de base territorial, neste caso se é colocado em jogo comunidades de interesse identificadas a certa área. Também é necessário um debate entre os limites de autonomia em relação ao poder central. De certo modo estes devem fazer parte desta nova definição em lugar.

A paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como a região, enquanto o conceito de território tem na geografia humanista uma das suas matrizes. O lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido. (CORREIA, 2013, p.30)

Assim sendo, é necessário elucidar considerações acerca do território, visto que são nestas bases conceituais que é possível compreender de forma mais explicativa as relações de espaço e poder.

A fundamentação teórica deve, dentro do possível, privilegiar o estado da arte. É desejável a utilização de referências atuais extraídas de fontes qualificadas. Esta secção inicia a partir da premissa de que o homem nasce com o território, bem como o território nasce com o homem e por consequência, o território nasce com a civilização. Podemos elucidar com Souza (2003, p.88), que explica que o território pode ser definido como um espaço delimitado a partir das relações de poder, em detrimento do interesse que é despertado nas sociedades.

Se o território é uma construção histórica, sem esquecer que dele fazem parte diferentes formas de apropriação e domínio da natureza, as territorialidades também são forjadas socialmente ao longo do tempo, em um processo de relativo enraizamento espacial. (HAESBAERT E LIMONAD , 2000, p.77).

Haesbaert e Limonad (2000, p.42) citam que para Marcelo Lopes de Souza (1995 :97), baseado nas explicitações de Claude Raffestin, a conceituação do espaço praticamente se reduz o mesmo ao espaço natural, já o território por resultado se torna um sinônimo de espaço social, havendo o empobrecimento do arsenal conceitual, não desenvolvendo a perspectiva relacional.

A noção de território deve partir do pressuposto de que, conforme Haesbaert e Limonad (2000, p.42), “é necessário distinguir território e espaço (geográfico); o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza);” o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva (identidade territorial) E OUTRA objetiva (dominação).

Deste modo, cabe elucidar se estas distinções conceituais podem contribuir em outras análises acerca do tema apresentado.

Os territórios quilombolas citados neste trabalho, por exemplo, mesmo estando no perímetro urbano (conforme planos diretores), se identificam, possuem características espaciais e modo de produção rural. Então, emergem inúmeras questões, uma delas é: como identificar se estes territórios são rurais ou urbanos, pois estes se encontram nas mediações (tanto teoricamente como espacialmente) dos mesmos.

Pode então desprender-se que os quilombos apresentados se tornam urbanos no processo de expansão da malha urbana, que tem como vetor a especulação imobiliária, mas eles não rompem com suas características rurais, principalmente porque a terra é elemento vital para o seu desenvolvimento e sobrevivência. Logo, espacialmente, a partir dos seus elementos, pode-se identificar estes territórios mesmo neste envolvimento das comunidades ao tecido urbano.

Um aspecto importante a ser pontuado é que há uma dificuldade espacialmente de captar a difusão dessas fronteiras limites, certo de que as cidades possuem muros e características físicas que lhe definem precisamente, entretanto, o campo possui grandes faixas territoriais e pouca concentração populacional, o que impossibilita a identificação das linhas limítrofes deste.

Haesbaert e Limonad (2000, p.43) trazem à luz a reflexão acerca das sociedades tradicionais e modernas, pois, se nas sociedades tradicionais o homem preenchia todos os poros de seu território através de uma apropriação simbólica, nas sociedades modernas o território passa a ser visto antes de tudo, numa perspectiva utilitarista, como um instrumento de domínio, a fim de atender apenas às necessidades humanas.

Outra observação é que se torna um desafio para o planejamento urbano delimitar os limites das zonas rurais e urbanas e incluí-las no planejamento respeitando as suas particularidades; um dos maiores empecilhos para a inclusão desses territórios no planejamento urbano, na escala regional e territorial é à "invisibilidade" alimentada durante anos, neste sentido, cabe refletir: quais os fatores alimentaram durante todos os anos está invisibilidade.

Posto apresentado, para as ciências, profissionais, políticas e todas as instâncias cabíveis, fica a cargo a busca de formas, instrumentos, recursos e etc. que possam reconhecer que esses territórios existem, e permitir a sobrevivência das pessoas que neles vivem. Observando a promoção de ações que identifiquem, regularizem e apoiem essas comunidades, respeitando as suas especificidades a partir do conceito da atualidade, considerando sua história.

### 3. Metodologia

A metodologia deve apresentar as características da pesquisa, os procedimentos para a coleta de dados e a técnica de análise dos dados.

Para a realização deste trabalho, partiu-se do entendimento de Serpa (2013, p. 169), onde estabelece que a “[...] fenomenologia não exclui contradição da razão dialética, justamente porque busca romper a familiaridade com o mundo para apreendê-lo e revelá-lo como paradoxo”, assim, recorre-se

A Fenomenologia na sua relação com uma perspectiva Dialética. Para o embasamento teórico-conceitual do primeiro método de trabalho, buscou-se apropriar de algumas noções e conceitos, como o de “espaço vivido”, trazidos por autores, que irão embasar as discussões. A escolha deste método aplicado a esta pesquisa relaciona-se ao fato da fenomenologia se preocupar com o dado, e não com a decisão do mesmo se tratar de uma realidade ou uma aparência.

Conforme Edmund Husserl (1859-1938), citado por Gil (2008, p. 00), o método fenomenológico propõe-se a estabelecer uma base segura, pois “liberta de proposições para todas as ciências”. Neste sentido, busca-se entender a coisa — o dado, o fenômeno — pelo que se é visto,



sem avaliar o que existe para além do que é visto, e sem questionar a não existência do dado. Assim, Gil (2008), explica sobre o objeto da fenomenologia:

O objeto de conhecimento para a Fenomenologia não é o sujeito nem o mundo, mas o mundo enquanto é vivido pelo sujeito. O intento da fenomenologia é, pois, o de proporcionar uma descrição direta da experiência tal como ela é, sem nenhuma consideração acerca de sua gênese psicológica e das explicações causais que os especialistas podem dar. Para tanto, é necessário orientar-se ao que é dado diretamente à consciência, com a exclusão de tudo aquilo que pode modificá-la, como o subjetivo do pesquisador e o objetivo que não é dado realmente no fenômeno considerado (GIL, 2008, p. 14).

Para Gil (2008) esse método não prevê técnicas estruturadas para coleta de dados, o que de certo modo sugere uma subjetividade na interpretação dos mesmos, pois, o enfoque fenomenológico procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado. Deste modo, as técnicas de pesquisa mais utilizadas são de natureza qualitativa e parcialmente estruturada.

O materialismo histórico-dialético, método proposto por Karl Marx e Friedrich Engels, considera a materialidade do espaço para procurar conhecê-lo e apreender o modo humano de produção social, relacionada a uma concepção de realidade e de vida. De acordo com Gil (2008, p. 14) “A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.” De acordo com esse entendimento pode-se construir um diálogo com a população formadora das comunidades quilombolas em estudo, buscando-se entender a realidade local.

Quanto aos métodos técnicos da investigação (GIL, 2008) ou Métodos de Procedimento (MARCONI; LAKATOS, 2010; 1999), utilizar-se-á do Monográfico, compreendido como aquele representativo de estudos similares ao tema proposto, envolvendo as comunidades quilombolas.

Para tal, a metodologia implementada está dividida em etapas, de modo a facilitar o levantamento e análise dos dados. A primeira, efetivada com leituras de documentação indireta de fontes primárias e secundárias, em livros, artigos científicos, revistas especializadas, disponíveis em bibliotecas e instituições públicas e na internet referentes ao assunto, pois, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica pode ser feita através de material já elaborado. Nesse sentido, observa-se que há uma notável escassez de material sobre o tema



apresentado neste projeto, contrastando com o número de questões suscitadas pelo mesmo assunto, o que é desafiador no campo da pesquisa acadêmica e torna-se necessário para estudos futuros.

Para esta investigação e balizar o referencial teórico da dissertação, são utilizados autores como: Haesbaert (2004), Santos (2006), Souza (2003), Carlos (2007), Milano (2011), bem como as pesquisas de Figueira (2018) e Cordeiro (2019). Além das informações advindas de consultas à documentos técnicos, como os RTID's e Planos Diretores dos municípios de Simões Filho e Lauro de Freitas.

Na segunda etapa, será feito um levantamento das informações de campo (documentação direta), obtidas através das entrevistas com as lideranças das comunidades quilombolas Rio dos Macacos e Quingoma. Nessa etapa é necessário consultar o arcabouço teórico e enriquecer o domínio do vocabulário para fazer as corretas identificações dos fenômenos e, a mais correta possível, interpretação dos mesmos, objetivando produzir material embasado sobre o que for apurado. A entrevista possibilita o tratamento quantitativo dos dados e é mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais, como vantagens, pontua-se a rapidez e a análise estatística dos dados. Ainda nessa etapa estão previstas as oficinas com as comunidades, para a execução dos mapas mentais.

Na quarta etapa será feita a análise dos dados obtidos, associando-os às etapas anteriores — pesquisa bibliográfica e levantamento das informações de campo — onde será verificado se é possível, diante do processo de expansão do tecido urbano, a viabilização da permanência de comunidades tradicionais quilombolas no lugar que já habitam, sem removê-las do seu território.

#### **4. Resultados**

Após efetuar oficinas com os moradores das comunidades supracitadas, que objetiva a elaboração de mapas mentais locais ou a revisão da cartografia social elaborada por outros autores, será proposto uma metodologia que tenha como premissas as percepções da população local do território. Esta metodologia irá embasar a construção de uma cartilha que ofereça diretrizes aos gestores públicos e órgãos fomentadores para a elaboração dos planos territoriais para estas comunidades.

#### **5. Conclusões**

É importante aprofundar a argumentação nas conclusões, além de mencionar se o objetivo do estudo foi plenamente atendido. Incluir sugestões de continuidade do trabalho.

Com a expansão do tecido urbano nas grandes cidades é necessário que seja feita uma reflexão dos espaços tanto rurais como os urbanos nas regiões metropolitanas, considerando a difusão dos limites urbanos, espaciais e físicos do urbano, atentando-se a áreas já consolidadas que a população já possui uma história própria e de identidade como o território.

Aparentemente os desejos da sociedade atual são de dissolver os territórios habitados por comunidades tradicionais em interesse do capital imobiliário das cidades, a fim de obedecer a



uma ordem socioeconômica que quer garantir uma homogeneização das dinâmicas urbanas, observando que são nos grandes centros urbanos que se expressa com ênfase a predominância da lógica do capital.

Essa conformação tende a afastar a população destas comunidades para áreas mais distantes desses centros, e até mesmo, criam outras conceituações de lugar, forjando uma preservação destas comunidades.

Como por exemplo territórios reservas, Haesbaert e Limonad (2000, p.47) explicam que numa outra escala, a formação de territórios-reserva associados a uma rede de caráter mundial. As reservas naturais isolam esses espaços querendo reduzir as suas espécies a outras conexões, e assim, sobrevivência.

Haesbaert e Limonad (2000, p.46) acrescentam que o homem geralmente tem tratado o espaço natural exclusivamente como esses territórios-domínio, fechados em si mesmos, e não na sua imbricação com redes (tanto ligadas à própria dinâmica da natureza como socialmente construída), vendo-o assim parcelado, com fronteiras claras e não conectado através de fluxos globais.

Para tanto, para garantir que as comunidades continuem a habitar em seus territórios, deve-se recorrer a todos os instrumentos que garantam este desejo, seja elementos pautados em leis, com por exemplo o direito à cidade, o qual abarca algo mais amplo que apenas o modo de vida suposto civilizatório praticado nas cidades, mas as relações sociais e com o espaço e o modo de vida que garante a sobrevivência das populações que habitam esses territórios.

## 6. Referências bibliográficas

Amorim ,I. G. ; Germani, G.I. QUILOMBOS DA BAHIA: PRESENÇA INCONTESTÁVEL . Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina — Universidade de São Paulo. 2005.p. 796-812.

ARRUTI, J.M.A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* v. 3, n. 2,. 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO RIO DOS MACACOS. Dossiê De Violação De Direitos Da Comunidade Quilombola Do Rio Dos Macacos. Salvador, 08 de março de 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO DO RIO DOS MACACOS. Nota Pública Da Comunidade Quilombo Rio Dos Macacos. Simões Filho, 25 de junho de 2012.

CARLOS, Ana F. O lugar no/do mundo. São Paulo: Editora FFLCH, 2007. ISBN: 978-85-7506-143-5

CARVALHO, J. J de (Org.). O Quilombo Rio das Rãs: Histórias, Tradições, Lutas. Salvador: EDUFBA. 1996.



CORRÊA, R.L. O espaço Urbano. 4 ed. São Paulo. Editora Ática, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

GEOGRAFAR, Geografia nos Assentamentos Rurais. Relatório Preliminar Comunidade Negra Rural Quilombola Porto De Dom João. São Francisco Do Conde (Ba). Universidade Federal Da Bahia Instituto De Geociências Departamento De Geografia Programa De Pós-Graduação Em Geografia. Salvador , 2015. Disponível em : [https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar\\_germanioliveira\\_rt\\_cnrqportodomjoao.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_germanioliveira_rt_cnrqportodomjoao.pdf). Acesso em 20/08/2017.

HAESBAERT, Rafael. O Mito Da Desterritorialização. Do “Fin dos Territorios à Multiterritorialidade. R Río de janeiro, Bertrand.2004

Haesbaert e Limonad. Rogério e Ester. O território em tempos de globalização. etc, espaço, tempo e crítica Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas ISSN 1981-3732 <http://www.uff.br/etc> 15 de Agosto de 2007, nº 2 (4), vol. 1. ISSN 1981-3732

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Censo demográfico, 2010. Disponível em <http://www1.ibge.gov.br> Acesso: 22 de junho de 2013

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Superintendência Regional da Bahia. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas. Relatório Técnico De Identificação E Delimitação Do Território Da Comunidade Quilombola De Rio Dos Macacos Simões Filho – Bahia. Salvador, Ba 2012

MARICATO, E. Brasil cidades alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes 2001.

MILANO, G. B.; Territórios, Cultura E Propriedade Privada : Direitos territoriais quilombolas no Brasil. Dissertação de tese de Mestrado em Direito. Curitiba, 2011.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. (org.). Uma história da liberdade. In: \_\_\_\_\_ Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

Santos, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1) ISBN 85-314-0713-3